



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 682458 - SP (2021/0233066-0)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
IMPETRANTE : GERMANO MARQUES RODRIGUES JUNIOR
ADVOGADO : GERMANO MARQUES RODRIGUES JUNIOR - SP285654
IMPETRADO : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO
PACIENTE : RONALDO BORGES DA SILVA (PRESO)

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de RONALDO BORGES DA SILVA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO (HC n. 5016278-34.2021.4.03.0000).

O paciente foi preso preventivamente como incurso no art. 334-A, § 1º, inciso IV, do Código Penal.

O impetrante sustenta que se estaria diante de flagrante ilegalidade, passível de afastar o óbice contido no verbete 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

Aduz que não estariam presentes os requisitos necessários para a decretação da prisão cautelar, previstos no art. 312 do Código de Processo Penal.

Alega que a prisão constituiria medida excepcional, conforme prevê a Recomendação CNJ n. 62/2020.

Aponta que os predicados favoráveis do acusado, associados ao fato de que é reincidente por crime também praticado sem violência ou grave ameaça, permitiriam responder ao processo em liberdade.

Requer, liminarmente e no mérito, a expedição de alvará de soltura em favor do paciente.

É, no essencial, o relatório. Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o mérito do *writ* originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido de liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

AGRAVO REGIMENTAL NO *HABEAS CORPUS*. EXECUÇÃO PENAL. CUMPRIMENTO DE PENA EM PRISÃO DOMICILIAR. RECOMENDAÇÃO 62/2020 DO CNJ. COVID-19. GRUPO DE RISCO. CRIME VIOLENTO. CONDIÇÃO DE SAÚDE. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE POSSIBILIDADE DE AGRAVAMENTO. RECÁLCULO DA PENA. INOVAÇÃO RECURSAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA. AGRAVO IMPROVIDO.

[...]

3. A matéria relativa ao recálculo da pena para fins de progressão de regime, além de representar indevida inovação recursal, não foi objeto de análise pelo Tribunal de origem, motivo pelo qual esse ponto não poderá ser conhecido por esta Corte Superior, sob pena de indevida supressão de instância.

Confira-se também a Súmula n. 691 do STF: “Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar.”

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete, porquanto ao autoridade impetrada, ao indeferir a liminar pleiteada no *mandamus* originário, fundamentou, suficientemente, a manutenção da custódia do paciente, nos seguintes termos (e-STJ fls. 42-43):

Em uma análise preliminar, própria do presente momento processual, não vislumbro a presença de fundamentos que alterem o entendimento adotado pela autoridade impetrada.

Nota-se que existem elementos concretos que indicam que a reiteração do paciente em crime da mesma espécie e a reincidência, com condenação transitada em julgado, a respaldar a necessidade da manutenção da sua prisão preventiva para garantia da ordem pública e para assegurar a aplicação da lei penal.

Configurado o em relação ao paciente, apto a caracterizar periculum libertatis o risco concreto à ordem pública, decorrente de sua colocação em liberdade.

Isso porque, conforme certidão de ID 164915794 (fls. 27/31, o paciente possui seis apontamentos por crime de contrabando em trâmite na Justiça Federal e foi condenado na Justiça Estadual pela prática do art. 334 § 1º, IV do CP, a pena de três anos de reclusão em regime aberto, tendo a pena sido substituída por restritivas de direitos . O trânsito em julgado ocorreu em 14/11/2019 para as partes (fls. 54).

Tal fato é suficiente para que se verifique o risco concreto à ordem pública, apto a justificar a segregação cautelar, especialmente quando se verifica que as medidas alternativas, aparentemente, não são suficientes para afastar o acusado da prática do mesmo fato típico.

Destes elementos emergem fortes indícios de que o acusado está fazendo da atividade criminosa seu estilo de vida e meio de sobrevivência, de forma que uma vez solto poderá voltar a delinquir. Logo, o feito em análise não é um fato isolado em sua vida. Ao contrário, a reiteração específica indica, ao menos por ora, a necessidade da manutenção de sua segregação.

Em casos semelhantes, o Superior Tribunal de Justiça “tem compreendido que a periculosidade do acusado, evidenciada na reiteração delitiva, constitui motivação idônea para o decreto da custódia cautelar, como garantia da ordem pública. Nesse sentido: HC n. 286854/RS – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Felix Fischer – DJe. 1º-10-2014;RHC n.

48002/MG – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura – DJe.4/8/2014; RHC n. 44677/MG – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Laurita Vaz – DJe 24/6/2014 (trecho extraído da decisão monocrática proferida no RHC 137469, Relator(a) Ministro NEFI CORDEIRO, Data da Publicação 10/12/2020).

Logo, verifica-se que a liberdade do paciente traz risco à ordem pública, deforma que a sua prisão preventiva deve ser mantida.

Nesse diapasão e considerando, outrossim, que não se alegou nem se demonstrou qualquer ilegalidade concernente à prisão preventiva decretada em desfavor do paciente, não tendo, ademais, aventado qualquer alteração fática que permita a revogação da aludida medida constritiva, é o caso, pois, de mantê-la.

Ressalte-se também que eventuais condições favoráveis não constituem circunstâncias garantidoras da liberdade provisória, quando demonstrada a presença de outros elementos que justificam a medida constritiva excepcional (STJ, RHC 9.888, Rel. Min. Gilson Dipp, j. 19/09/2000, DJ 23/10/2000; STJ, HC 40.561/MG, Rel. Min. Felix Fischer, j. 05/05/2000, DJ 20/06/05).

Assim, incabível também a substituição da prisão preventiva por medidas cautelares previstas no artigo 319, do Código de Processo Penal, por se mostrarem, ao menos por ora, insuficientes e inadequadas

Ressalte-se que:

[...] é firme a jurisprudência desta Corte no sentido de que 'a preservação da ordem pública justifica a imposição da prisão preventiva quando o agente ostentar maus antecedentes, reincidência, atos infracionais pretéritos, inquéritos ou mesmo ações penais em curso, porquanto tais circunstâncias denotam sua contumácia delitiva e, por via de consequência, sua periculosidade. (RHC 107.238/GO, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, DJe 12/3/2019)' (AgRg no RHC n. 131.260/MG, relator Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe de 22/10/2020).

Nesse contexto, afasta-se a plausibilidade jurídica do pleito formulado e reforça-se a impossibilidade de processamento do *mandamus* em tela.

Ademais, no que diz respeito à aplicação da Recomendação CNJ n. 62/2020, ressalte-se que o STJ firmou o entendimento de que a flexibilização da medida extrema não ocorre de forma automática (AgRg no HC n. 574.236/SP, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, DJe de 11/5/2020; e HC n. 575.241/SP, relatora Ministra Laurita Vaz, DJe de 3/6/2020).

Para tanto, é necessária a demonstração de que o paciente preenche os seguintes requisitos: a) inequívoco enquadramento no grupo de vulneráveis à covid-19; b) impossibilidade de receber tratamento no estabelecimento prisional em que se encontra; e c) exposição a mais risco de contaminação no estabelecimento prisional do que no ambiente social (AgRg no HC n. 561.993/PE, relator Ministro Reynaldo Soares

da Fonseca, Quinta Turma, DJe de 4/5/2020).

No caso, a parte impetrante não demonstrou a flagrante ilegalidade da decisão atacada, principalmente porque, ao indeferir o pleito de revogação da custódia, o magistrado singular registrou o seguinte (e-STJ fl. 43):

No tocante à excepcionalidade do momento, decorrente da pandemia do coronavírus, inexistem elementos que possam demonstrar o risco concreto para se cogitar do deferimento da liberdade ao paciente, uma vez que não é idoso, nem comprovou ser portador de qualquer comorbidade ou encontrar-se preso em estabelecimento prisional com superlotação.

Também não trouxe aos autos prova de que tenha testado positivo para aCovid-19.

A determinação estampada na Recomendação 62/20 do Conselho Nacional de Justiça não é de libertação de todos os agentes que se encontram no sistema prisional, pois a análise é feita de acordo com as particularidades de cada caso em concreto.

Não vislumbro, portanto, patente ilegalidade ou abuso de poder a que esteja submetido o paciente.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência